**DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO APENAS PARA CORRESPONDÊNCIA**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, abaixo assinado, na condição de responsável legal pela empresa cadastrada no CNPJ nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Razão Social \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com endereço \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Nº\_\_\_\_\_\_\_, Bairro\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Complemento \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,Cidade/Estado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,CEP\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, imóvel cadastrado sob a sigla nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ venho esclarecer, para fins de Inscrição Municipal, que o referido endereço será utilizado pela minha empresa tão somente para fins de correspondência e endereço fiscal, não havendo nenhum tipo de atividade econômica no local.

Sendo assim, estou ciente que no caso venha exercer atividades econômicas no endereço da empresa, deverei previamente obter autorização da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.

Declaro ainda que no local não haja funcionários, publicidade, depósito de produtos, escritório de atendimento ou exercício de qualquer atividade comercial, industrial ou de prestação de serviço.

Caso a empresa exerça atividade de transportes, declaro estar ciente de que devo apresentar a autorização prévia para estabelecimento de veículos de cargas do Departamento de Trânsito e Mobilidade da Secretaria de Segurança Pública.

**OBS: Toda e qualquer informação falsa estará sujeita às penas cabíveis.**

**Lei 2848/40. Art. 299 do Código Penal – Falsidade Ideológica –** Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa de que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa , se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa se o documento é particular.

Pindamonhangaba, \_\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Declarante